



VILAREALSTºANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 02/2015

Ao vigésimo sétimo dia do mês de Abril do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **José Carlos Costa Barros, Presidente da Assembleia Municipal, Maria do Rosário Papafina Proença, Primeira Secretária, Miguel Moreira da Costa, Segundo Secretário**, e os membros eleitos das bancadas, nomeadamente **Alexandre Hermínio Drago Madeira, António Manuel Cipriano Cabrita, Maria Alexandra Martins do Livramento, Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança, David Miguel Vasques da Silva, Lara Sofia Vairinhos Rosa, Armando José Parra da Silva, Jorge Manuel dos Santos Pinto, Maria da Conceição Freitas Granado, João Carlos Guerreiro Miguel Pereira, José Roberto Leitão Guerreiro, Manuel da Conceição António, Ricardo José Madeira Cipriano, Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro, Rui João Gutierrez Setúbal, Luís Manuel da Rosa Fernandes, Albertina da Piedade Fernandes Madeira, António Filipe Parra Martins, Vanda da Encarnação Matias Fernandes, Luís Manuel Negrão Vargas e José Manuel Modesto Dourado** e conforme Edital de 18 de Fevereiro de 2015, reuniu em sessão ORDINÁRIA, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

ABERTURA DA SESSÃO: A 1ª Secretária procedeu à chamada. No PSD registou-se a ausência de **Luís Miguel Guerreiro Romão** que foi substituído por **João Miguel Pereira**. Verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal, foi declarada aberta a sessão.-----

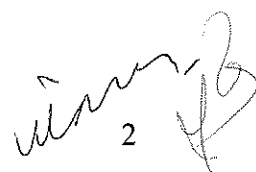
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA; - Foi dado conhecimento dos assuntos que constam da Ordem do Dia. O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a CDU, dentro do prazo regimental, apresentou à Assembleia Municipal, a Moção "41º Aniversário da Revolução de Abril". Assim, esta proposta foi incluída na Ordem do Dia - ponto 12, passando os pontos 12 e 13 para, respectivamente, 13 e 14. -----

António Filipe Parra Martins propôs que, excecionalmente, nesta Assembleia, o período de intervenção do público passe para o início, tendo em conta a presença de vários funcionários da Empresa Litográfica do Sul que pretendem intervir. Explicou que actualmente os trabalhadores dessa empresa estão a passar por momentos bastante difíceis e têm desenvolvido uma série de acções com vista à tentativa da resolução do problema da salvaguarda dos seus postos de trabalho. -----

José Manuel Modesto Dourado disse ter conhecimento que o executivo camarário tem feito algum acompanhamento da situação da Litográfica do Sul e da quantidade de pessoas que estão a viver este drama. Referiu a taxa de desemprego do concelho nos 16% e frisou que os 44 funcionários da empresa ficarão também desempregados. Informou que, da parte do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda na Assembleia da República, já foi apresentada esta questão e já foram formuladas perguntas ao Ministro da Economia sobre o acompanhamento, as medidas previstas pelo Governo para impedir que a empresa encerre e de como salvaguardar os postos de trabalho. Perguntou ao executivo camarário como tem feito o acompanhamento desta situação, se tem alguma notícia para dar e que acções sociais está a planear para de, algum modo, aliviar o sofrimento destas pessoas. Perguntou qual é a posição do executivo relativamente às portagens na Via do Infante, pediu que fosse comentada a situação da não-aceitação por parte dos deputados do PSD, CDS e PS, de uma petição de 6527 algarvios sobre este tema, na Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas e acrescentou: *“ Esta petição exigia o fim das portagens e nem foi admitida a discussão. A luta pela abolição das portagens continua. Nesta Assembleia, há cerca de um ano, houve uma moção do Bloco de Esquerda sobre este tema que foi aprovada por unanimidade.”*-----

Ricardo José Madeira Cipriano declarou que os membros do PS não têm nada a opor relativamente à alteração da metodologia da Ordem de Trabalhos desta sessão da Assembleia e que o Partido Socialista se solidariza com a causa dos trabalhadores da Litográfica do Sul. Informou que o PS já solicitou uma reunião à Administração da empresa com os Vereadores locais do partido e o deputado Miguel Freitas, da qual aguardam agendamento. Acrescentou que o deputado Miguel Freitas já questionou também o Ministro da Economia sobre a situação da empresa. -----

O **Presidente da Assembleia** perguntou aos membros das bancadas se concordam com a mudança do período de intervenção do público para o início nesta Assembleia. A proposta foi aceite por todas as bancadas. -----

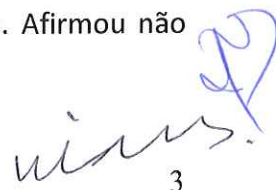

2

Passou-se então ao período de intervenção do público. Inscreveram-se e usaram da palavra **Carlos Batista, Josefa Monteiro e António Hilário.** -----

Carlos Batista informou ser Delegado Sindical do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas Sociais e Regiões Autónomas da CGTP e fez uma denúncia pública sobre os Serviços do Instituto Nacional de Emergência Médica referindo que os mesmos estão a ser desmantelados e descontinuados no Algarve. Após contar um pouco do que foi o surgimento destes serviços, referiu que, na sequência da entrada da Troika em Portugal, em 2012, esta central ficou limitada a seis trabalhadores que mantêm a central a funcionar 24 horas por dia. Expôs outras situações que descontentam os trabalhadores e os habitantes do Algarve, mencionou que esta região não pode ser assim tratada porque não é um Bairro mas sim, uma região muito específica e que merece um serviço adequado e, acrescentou: *“É imprescindível a Central de Emergência trabalhar na sua plenitude porque durante o ano há mais de dois milhões em trânsito no Algarve e entre Maio e Outubro temos mais de cinco milhões”*. Pediu à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal que intervenham junto das entidades competentes e denunciem esta situação. Para o efeito foi-lhe fornecido o mail da Assembleia Municipal de modo a que o pedido e respetivos documentos sejam remetidos por escrito. -----

Josefa Monteiro apresentou-se referindo fazer parte dos 44 trabalhadores da Litográfica do Sul e funcionária da empresa há 42 anos. Demonstrou a tristeza de ver o encerramento de uma casa onde trabalhou durante tantos anos. Mencionou que, à semelhança dos outros colegas, já há um mês que cumpre o horário das 6h às 13h00 sem ter sequer recebido o salário de Março. Disse ter conhecimento que a autarquia se tem esforçado para arranjar solução para esta situação através da Administração da Empresa. Pediu ajuda para a resolução do encerramento da Litográfica a todos os que de alguma forma puderem contribuir. Lembrou que em Outubro do ano transacto, nenhum trabalhador pensaria que este encerramento iria acontecer na medida em que havia trabalhadores a fazer três turnos diários de modo a que os trabalhos fossem executados nos prazos previstos. Terminou a sua intervenção a dizer que a Litográfica continuou a ter muitos trabalhos encomendados mas deixou de ter matéria-prima para os executar e que todos lamentam o facto de terem dado o seu melhor e agora não haver solução para a Litográfica do Sul. -----

António Hilário disse ser representante da maioria dos trabalhadores da Litográfica do Sul, membro do Sindicato das Indústrias Transformadoras de Energia e das Entidades do Ambiente do Sul e que acompanha o grupo de trabalhadores da Litográfica. Afirmou não



existirem dúvidas de que tudo o que está a acontecer na Litográfica é uma das maiores golpadas no sector operário do concelho. Explicou que a administração da empresa devia dois meses de vencimento aos trabalhadores e após uma comunicação a um jornal da região, o administrador, que não visitava a empresa há quatro meses, apareceu e pagou os referidos vencimentos, e acrescentou: *"Passado 72 horas, os trabalhadores tiveram conhecimento, através de um edital, que a empresa abriu PER, não tendo havido um esclarecimento nem acompanhamento aos trabalhadores"*. Considerou mais grave ainda que passados dezoito dias, um dos administradores, em conversa com os trabalhadores, tenha afirmado que os mesmos poderiam ir para casa sem problemas mas com a indicação de que não haveria verba para pagar o vencimento do mês de Março e de que a empresa iria fechar. Opinou que, quando se activa um PER, significa que se quer revitalizar a empresa e que essa não foi a intenção, tendo em conta que, quinze dias depois, é comunicado que se vai pedir a insolvência da empresa. Afirmou que todo o processo é contraditório e que a Câmara Municipal de VRSA tem feito, dentro do possível, todos os contactos com o Sindicato e com os trabalhadores de modo a que a empresa não encerre. Referiu ainda que, foi pedida uma reunião ao Ministro da Economia que não pôde atender, passando a mesma para o Secretário de Estado e este para dois assessores que informaram nada poder fazer. Foram ainda ao ACT apresentar uma moção à Directora que assumiu a responsabilidade de enviar a moção para as estâncias superiores. Afirmou que a Litográfica tem todas as condições para continuar a laborar desde que haja uma gestão correcta e a administração queira e, continuou: *"O Sindicato fez um apelo ao Governo para que tomasse as medidas necessárias para que o Novo Banco abrisse a possibilidade de negociar a dívida com a administração, mas até agora não obtivemos resposta e inclusivamente o IAPMEI disse que já conhecia os membros da administração por uma dívida existente"*. Terminou apelando para que todas as forças políticas que representam o povo do concelho façam todos os esforços para tentar que a empresa não encerre. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** afirmou que este assunto é de extrema importância e passou a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que após agradecer a presença de Carlos Batista pediu-lhe que fornecesse à Câmara Municipal uma cópia da sua intervenção para tornar possível uma tomada de posição e a efetivação das diligências necessárias à resolução da matéria explanada. Afirmou que as questões abordadas suscitam preocupação tendo em conta que o Algarve está a ser tratado de uma forma discricionária retirando às pessoas o acesso da saúde, com qualidade e dignidade. Quanto às questões da Litográfica

abordadas nesta Assembleia informou que o executivo tem vindo a falar com os trabalhadores e com o sindicato dando-lhes conta de todos os contactos e diligências efectuadas, que aguarda a resposta a um pedido de reunião com o Novo Banco e que realizou uma reunião com a administração e outra com o administrador judicial. Declarou que considera esta situação uma injustiça e acrescentou: *“A Litográfica não tem uma dívida ingerível. Houve aqui um claro desmazelo por parte dos responsáveis em lutar pela empresa e garantir os postos de trabalho. Não se percebe o porquê da administração nunca ter contactado a Câmara Municipal relativamente a esta situação. O PER foi apresentado a 23 e 24 e, dias depois, deu logo entrada o pedido de insolvência, sendo que um PER é, supostamente, para equilibrar, reestruturar e viabilizar a empresa e não para declarar insolvência. Assumo o compromisso de, enquanto eu for Presidente da Câmara, naquele sítio, não se fazer negócio imobiliário à custa da Litográfica do Sul”*. De seguida, deu nota da nomeação de um advogado por parte da Câmara Municipal para, junto da administração e dos tribunais, indagar questões como a das contas detalhadas da empresa, pedidas pela autarquia há duas semanas sem resposta e intentar uma acção contra a administração por uma insolvência ou PER fraudulentos e de má-fé. Assegurou ainda que a autarquia está a acompanhar a situação efetuando um conjunto de diligências inclusivamente junto de outras empresas da área para saber do interesse na Litográfica do Sul, que aguarda respostas e que houve empresas contactadas que afirmaram ter deixado de fazer encomendas à Litográfica quando souberam da insolvência da empresa. Para finalizar garantiu que a Câmara Municipal está à disposição das pessoas para ajudar no que for necessário. -----

Rui João Gutierrez Setúbal manifestou o seu agrado pelas iniciativas tomadas pela autarquia neste processo e pelo facto de esta já ter nomeado advogado para, se for caso disso, intentar uma acção por insolvência fraudulenta. Solicitou a **Carlos Batista** que apresentou a questão do CODU, que providenciasse o envio à bancada do PS, por mail, de uma cópia do documento apresentado nesta Assembleia para ser remetida aos deputados do PS eleitos pelo Algarve. Dirigindo-se ao **Presidente da Câmara Municipal**, perguntou qual o tipo, os custos e a finalidade da obra que está em curso no antigo edifício da Alfândega e alertou para o facto de já ter referido que, nalgumas zonas, nas obras do saneamento básico, haver um processo pouco regado por parte do empreiteiro, fazendo com que fiquem zonas muito vastas com trânsito interrompido provocando dificuldades de acesso a habitações e outros bens em situações de emergência. Disse ainda: *“Esta situação tem vindo a arrastar-se e agravar-se e, em Monte Gordo, a situação ainda é mais preocupante pela dificuldade de*

circulação". Perguntou qual a data prevista para o término das obras em curso nas três freguesias do concelho e se existe algum plano de contingência para o caso de haver um atraso na obra.-----

Ricardo José Madeira Cipriano informou que na passada sexta-feira parte do edifício da PSP ruuiu e que no local se registou a presença da Protecção Civil. Perguntou se a Câmara Municipal tem alguma previsão de intervenção para o edifício referido e se tem conhecimento da situação actual do edifício do Tribunal e, explicou: *"Houve uma alteração à lei dos tribunais e Vila Real de Santo António perdeu várias competências. Após isso está a construir-se uma terceira sala de audiências no espaço do antigo cartório"*. Afirmou saber que o espaço é da competência do Ministério da Justiça e perguntou se a Câmara Municipal tem conhecimento do assunto e se tomou alguma diligência. Opinou que o espaço poderia ser aproveitado para que outra entidade pública pudesse usar aquelas valências. Referiu ainda, aquilo que disse ser caça à multa, ocorrida no período da Páscoa na rotunda Norte de Vila Real e que, na sua opinião, não se tratou de prevenção rodoviária mas sim de um péssimo cartão-de-visita para a cidade. Sugeriu que, a Câmara Municipal deveria ter a iniciativa de alterar o regulamento Municipal de Trânsito e por conseguinte o limite de velocidade no local atrás referido, ou, em alternativa, sensibilizar a PSP para que o comércio local não seja prejudicado com este tipo de recepção dos visitantes espanhóis à cidade. Como última questão pediu um esclarecimento sobre a questão da expropriação do Hotel Guadiana referindo que o Presidente da Câmara, na última reunião, afirmou que a expropriação estava concluída e disse: *"Eu li no jornal que falta o depósito dos valores. Porque está ainda no local a placa a dizer Vende-se?"-----*

Luís Manuel da Rosa Fernandes sugeriu que a forma como a reunião está a ser conduzida hoje, deveria ser a forma a adoptar em todas as Assembleias e afirmou estar implícito no regimento que o período de intervenção do público deverá ser no início de cada sessão. Perguntou ainda se a reabilitação do Bairro da Caixa se resume apenas à pintura dos edifícios ou se haverá outro tipo de intervenção. Referiu que nas comemorações do 25 de Abril realizadas há dois dias, nos discursos, falava-se sobre a liberdade, a falta de liberdade de expressão e a participação dos munícipes que não existia antes do 25 de Abril e nesse sentido propôs que se transferisse as Assembleias Municipais para o Centro Cultural António Aleixo de modo a haver mais condições para a participação dos munícipes. -----

António Filipe Parra Martins considerou que o método adoptado hoje para o funcionamento da Assembleia favorece a discussão de problemas locais da maior importância. Sobre as

6

intervenções do público, referiu que a situação do INEM insere-se num meio mais vasto que tem a ver com a degradação de serviços públicos em várias frentes, como o Tribunal, a Segurança Social, uma sede do INEM, entre outras. Sobre a Litográfica do Sul, disse que o PCP e a CDU acompanham a situação desde o início, lembrou que foi a bancada da CDU na Assembleia que trouxe esta questão à última sessão deste órgão e que o partido irá continuar a prestar todo o apoio aos funcionários da empresa. Afirmou ainda que é necessário assumir a defesa da empresa que é a última no concelho com características de indústria. De seguida apresentou a seguinte Declaração política: -----

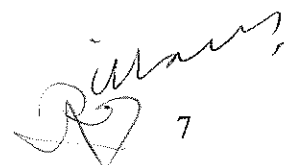
"A administração da Empresa Litográfica do Sul anunciou aos trabalhadores, no passado dia 24 de Março, o encerramento da empresa, depois de ter passado um período com salários em atraso que foi objecto da denúncia do PCP na última reunião da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António. A Gráfica, como é popularmente conhecida pelos vila-realenses, é uma das empresas emblemáticas do concelho e do Sul do País, no sector das artes gráficas. Dá emprego, por turnos, a 44 trabalhadores e tem encomendas.

O empobrecido tecido económico do concelho de Vila Real de Santo António ficará ainda mais debilitado com a eventual perda de mais estes postos de trabalho, que podem fazer subir, ainda mais, a já de si elevada taxa de desemprego, uma das mais altas do Algarve.

No concelho há já centenas de pessoas a receberem ajuda, até alimentar, das instituições de solidariedade social, numa situação quase de rotura e que reflecte a política de exploração e empobrecimento imposta por sucessivos governos do PS, PSD e CDS.

Já se verificou, pela prática e pela actual crise, que a resposta aos problemas do concelho não se encontra exclusivamente no sector do turismo, que, pese a sua importância, não tem demonstrado capacidade para absorver a mão-de-obra, não paga salários acima do ordenado mínimo e encerra unidades hoteleiras na época baixa. Só o desenvolvimento do sector produtivo, das pescas, conservas, artes gráficas e outras actividades pode dar uma resposta mais sustentada e permanente, para manutenção de postos de trabalho, criação e distribuição de riqueza.

Os trabalhadores da Litográfica do Sul, que ainda não receberam formalmente pela empresa nenhuma informação sobre a sua situação laboral, continuam a cumprir horários de trabalho, sem que exista laboração e com salários em atraso. Os trabalhadores têm vindo a desenvolver um conjunto de ações e reuniões, nomeadamente denunciando a situação na Reunião de Câmara, e hoje na Assembleia Municipal, para além de reuniões já efectuadas com a ACT e Ministério do Trabalho, com vista à salvaguarda dos seus direitos.


7

É necessário uma ação urgente da Câmara Municipal, pressionando o seu Governo, também PSD, para garantir a manutenção da empresa, que é viável – lembra-se que trabalhou em contínuo, com três turnos até final de 2014 – e da totalidade dos postos de trabalho. Se o Governo diz estar de cofres cheios e o Banco Central Europeu afirmou ter colocado à disposição do investimento milhões de euros; se a Banca tem sido apoiada com abundantes injeções de dinheiro para se recapitalizar e apoiar a economia, este é também o momento, para que se tomem medidas da parte do governo para impedir que a Empresa Litográfica do Sul seja encerrada.

O PCP e os eleitos da CDU reafirmam a sua solidariedade aos trabalhadores, tendo sido já aprovada na Câmara Municipal, por proposta da CDU, uma proposta de resolução para que não possa ser alterado o uso de solo no local onde se encontra instalada a empresa para evitar que seja a especulação imobiliária a determinar também o encerramento desta empresa. Agora, como antes, os trabalhadores da Litográfica do Sul sabem que podem contar com o PCP”.-----

Perguntou quando é que o edifício da antiga alfândega estará pronto para albergar o funcionamento da Assembleia Municipal e considerou que o funcionamento da Assembleia naquele local dignifica o edifício e a cultura do concelho. Perguntou ainda o ponto da situação relativo à venda do Hotel Guadiana. -----

António Manuel Cipriano Cabrita afirmou que na sua opinião pessoal, da parte do Partido Comunista, já chega de tanta propaganda e acrescentou: *“O que se procura e aquilo que as pessoas da Litográfica do Sul procuram é soluções. Será que o deputado Paulo Sá vem cá na segunda-feira apresentar soluções? As soluções procuram-se, luta-se por elas. Estou farto de ouvir esta história esta noite. As pessoas precisam que lhes deem soluções e vocês andam nitidamente a fazer um aproveitamento político da situação. A Câmara Municipal já desenvolveu contactos no sentido de fazer várias coisas. Chega de aproveitamento político – as coisas resolvem-se com diálogo e encontrando soluções, não é sempre nesta base que não leva a nada.” -----*

O **Presidente da Câmara Municipal** disse que na quinta-feira passada lhe chegou informação sobre a situação do Tribunal e informou aproveitar a questão formulada por **Ricardo Cipriano** para no dia seguinte fazer um ofício a perguntar as motivações que estão por trás das intenções aqui referidas. Quanto ao edifício da PSP explicou que existe uma proposta do Ministério da Administração Interna, do Secretário de Estado, para as obras de fundo no edifício que é da Câmara Municipal mas que tem um contrato de comodato com a PSP e

acrescentou: *"O edifício é nosso mas a responsabilidade da manutenção e gestão cabe à PSP que está a querer fazer um acordo com a autarquia disponibilizando verba para a mesma lançar o concurso público para a reabilitação do edifício. O que pretendo é que a PSP saia do edifício"*. Considerou uma vergonha a cidade ter um edifício naquelas circunstâncias e os militares da PSP estarem sujeitos àquelas condições de trabalho e declarou que o Governo tem que encontrar soluções para dignificar a cidade e os trabalhadores da PSP. Informou que a Câmara Municipal, desde há muito tempo, propôs à PSP construir a sua sede num terreno frente ao Tribunal. Relativamente à expropriação do Hotel Guadiana informou que o processo está efectuado faltando só a efectivação do depósito que será feito no dia que a Câmara Municipal assine contrato com quem ganhou o concurso e que a caução que antecede a assinatura do contrato já foi depositada na Empresa Municipal. Garantiu que a placa referida por **Ricardo Cipriano** será retirada. A **Rui Setúbal** esclareceu que espera que até final de Maio os trabalhos de saneamento básico em Vila Real de Santo António estejam concluídos, em Vila Nova de Cacela até ao final da primeira quinzena de Junho e em Monte Gordo, as duas estações elevatórias até final de Agosto ou princípio de Setembro e a intervenção urbana até ao final da segunda quinzena de Julho. Garantiu que até ao início do Verão os principais acessos estarão reparados. Assegurou que em termos globais está orgulhoso dos serviços de fiscalização da Câmara Municipal pelo desenvolvimento de todo o processo e que apesar de por vezes as pessoas não entenderem o método utilizado nas obras, em certas situações, é necessário abrir os mesmos locais duas vezes porque os trabalhos estão a ser feitos por duas empresas diferentes. Relativamente à obra do edifício da Alfândega esclareceu que uma parte se destina a um Centro de Interpretação do Património do Guadiana e a outra, no primeiro piso, com partes afectas à exploração do Hotel Guadiana. As obras foram feitas ao abrigo de uma candidatura aprovada no valor de 150 mil euros e dirigindo-se a **António Martins** disse: *"Não pode haver por um lado preocupação com os postos de trabalho e por outro gastar quase 200 mil euros para o conforto da Assembleia Municipal. O espaço onde estamos a realizar esta Assembleia dignifica este órgão, até porque a mesma reúne de dois em dois meses, em termos médios. O espaço da antiga Alfândega está afecto para criar 46 postos de trabalho, compromisso assumido pelo empresário que ganhou o concurso do Hotel Guadiana"*. Relativamente à questão da Litográfica agradeceu ao Sindicato e ao seu representante por toda a colaboração e disponibilidade que tem tido com a Câmara Municipal e acrescentou: *"Ninguém pode estar a prometer nada, aquilo que prometo é manter-me empenhado para*



9

ver o que se consegue gerar. A Câmara Municipal, dentro das suas dificuldades, nunca tem falhado na ajuda às pessoas nas questões essenciais". Em relação à pergunta colocada sobre as intervenções no Bairro da Caixa explicou que a intervenção está a ser feita, na medida do possível, e que actualmente estão a ser reparadas as fachadas e coberturas, não podendo garantir que todas as portas e janelas vão ser substituídas. -----

Passou-se ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**, começando o mesmo com o ponto:-----


1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES; - O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do processo remetido, para conhecimento, pela Câmara Municipal a esta Assembleia, nomeadamente: -----

- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MODALIDADE DE AVENÇA PARA CONSULTORIA JURÍDICA NA ÁREA DA AÇÃO SOCIAL.** -----

Deu ainda conhecimento da correspondência recebida, nomeadamente, dois e-mails do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português – um questionando o Governo sobre o encerramento da Empresa Litográfica do Sul e o outro questionando o Ministério da Agricultura e do Mar sobre a renovação das licenças de pesca para o ano de 2015 a três pescadores de Monte Gordo; ofício do Tribunal de Contas com o Despacho Judicial n.º 3/2015-EC de 1 de Abril, referente à prestação de contas das empresas locais e, da Assembleia Municipal de Castro Marim, a "Moção do Dec-Lei n.º. 30/2015 de 12 de Fevereiro", apresentada pelo Partido Socialista e aprovada por maioria por aquele órgão. ----
Foram distribuídas pelas bancadas cópias de todos os documentos atrás descritos.-----

2. SUBSTITUIÇÃO DE ELEMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; - Tratando-se da designação de um membro efetivo para substituição do elemento Maria de Lourdes Faria e atendendo à nova recomposição da Assembleia em termos de representatividade política e ao facto do PSD, PS e CDU terem um representante nesta comissão, o **Presidente da Assembleia** propôs que, não havendo oposição de nenhuma bancada, fosse, pelo Bloco de Esquerda, designado um elemento para integrar esta comissão. Não havendo oposição, ficou definido que o BE, nos próximos dias indicará um seu representante.-----

3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL – ANO DE 2015; - Presente a proposta da **Vice-Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por maioria em reunião de câmara de 17 de Março, com as abstenções dos **Vereadores David Murta, Célia Paz e José Cruz** e não se registando pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia**



Municipal colocou a proposta a votação, sendo a mesma aprovada por **MAIORIA** com as abstenções do **PS, CDU e BE**. -----

4. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA MUNICIPAL; -

Presente a proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 17 de Março, com as abstenções dos **Vereadores David Murta, Célia Paz e José Cruz**. Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com as abstenções do **PS, CDU e BE**. -----

5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2014; - Presente a proposta do

Presidente da Câmara Municipal aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 20 de Abril, com os votos contra dos **Vereadores David Murta, Luis Salas e José Cruz**. A proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra dos membros das bancadas do **PS, CDU e BE**.
Interveio **Rui João Gutierrez Setúbal** para informar que a bancada do **PS** votará contra esta proposta e explicou que esta votação não significa pôr em causa a questão da qualidade técnica das contas, mas sim, tem outras razões que são políticas. Realçou a questão das cobranças de taxas e impostos, reveladas nas contas de 2014 e que garantiu terem aumentado em cerca de 1,1 milhões de euros comparativamente com 2013. Disse ter havido uma maior cobrança de impostos e taxas aos munícipes por parte da autarquia e que este aumento de cobranças não compensou uma redução do défice na medida em que o endividamento do município aumentou em 4,3 milhões e a conta de bens e serviços externos tem um crescimento em relação a 2013 de 1,1 milhões de euros. Perguntou onde estão as medidas de poupança orçamental e afirmou haver uma poupança significativa de 1,2 milhões na rubrica "Poupanças e subsídios correntes conseguidos e prestações sociais", e acrescentou: *"Há uma redução mas numa rubrica que do ponto de vista político está errada porque devia ter acontecido na conta de serviços externos"*. Reportou-se de seguida à sua intervenção na Assembleia Municipal de 29.12.2014 quando questionou o Município sobre uma notícia de jornal que referia uma retenção de verbas devido ao não cumprimento da lei. Afirmou que a notícia foi refutada na Assembleia e foram apresentados documentos e, acrescentou: *"O facto é que quando se analisa o relatório do ROC, pontos 12.1 e 12.2, aparece expresso que a autarquia está em incumprimento no ano de 2014 na redução de 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias e no limite do endividamento face á receita dos últimos três anos. Estas notas justificam a nossa posição."* Afirmou, relativamente às contas consolidadas, o não pronunciamento por parte da bancada do **PS**, por não ter



conhecimento suficiente desta matéria. Salientou ainda dois aspectos: que o limite do endividamento atingiu os 130 milhões de euros, tendo subido 9 milhões relativamente ao ano anterior e que a responsabilidade de amortização de capital dos empréstimos que estão contratados vai ter grande impacto na gestão nos próximos 5 anos atingindo 4,3 milhões nos primeiros 5 anos, 74,4 milhões entre o 5.º e o 15.º ano e 35,5 milhões nos últimos 5 anos. Para terminar disse; *"São estes os motivos que nos levaram a manter a posição que tivemos no orçamento e que nos levaram a votar contra este documento de prestação de contas"*. ----

Pelo PSD foi lida e entregue declaração de voto. -----

6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ALTERAÇÕES ÀS CONDIÇÕES DOS EMPRÉSTIMOS DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO (SINDICATO BANCÁRIO); - Presente a proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 20 de Abril, com a abstenção do **Vereador José Cruz**. O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a discussão. -----

Interveio **António Manuel Cipriano Cabrita** que considerou ser importante que se registe o trabalho que está a ser feito quanto à redução de custos do financiamento, e afirmou que este é o resultado concreto que tem tradução em termos das verbas que se reduzem, e opinou: *"A CDU reclama do alto preço do empréstimo e da revisão das condições dos empréstimos mas este é um caso concreto em que se conseguiu baixar a taxa"*. Deixou uma palavra de apreço pela forma como os processos têm sido conduzidos e afirmou o esforço que a Câmara Municipal faz para continuar a ter as suas políticas sociais no apoio às pessoas que passam dificuldades. -----

José Manuel Modesto Dourado registou que aparentemente a bancada do PSD defende uma renegociação da dívida mas que a postura do Partido a nível nacional é contrária a qualquer renegociação de dívida. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes declarou: *"O preço da dívida não diminuiu porque diminuiu a taxa mas aumentou o tempo da dívida em dois anos"*. -----

Dirigindo-se a **Vanda Fernandes**, o **Presidente da Câmara Municipal** disse: *"Com o devido respeito e estima que tenho pela Sra. Eng.ª Vanda que defende os seus pontos de vista que são respeitáveis como os meus, não posso subscrever questões que não correspondem á verdade. As condições financeiras globais deste processo são interessantes para o Município"*. A **José Dourado** disse não poder responder pelo partido em Vila Real de Santo António por não exercer funções partidárias neste concelho. Como dirigente do PSD Algarve afirmou que ao contrário de outros partidos, não seguem linhas oficiais. Deu como exemplo

o facto do PSD Algarve ser contra as portagens da Via do Infante. Disse ainda que o PSD entende que, no caso da Câmara Municipal, deve encontrar condições de renegociação da própria dívida de forma a promover uma maior folga orçamental. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes manifestou interesse em fazer uma Declaração em defesa da honra e disse o seguinte: -----

“O Senhor Presidente tem como princípio, quando se sente minimamente atacado, atacar para se defender. Ataca naqueles pontos que vão ferir o opositor. O Sr. tem que meter o Capitalismo e todas essas coisas e tem que insultar as pessoas dizendo que eu não percebo nada daquilo que estou a dizer. Não é só comigo, ao longo destas sessões da Assembleia tem feito sempre isso. Eu acho que é de uma falta de saber estar, do máximo possível”.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** aludiu: *“Eu peço-lhe imensa desculpa mas não sei no que a ofendi. Ideologicamente, não estamos na mesma sintonia mas naquilo que é a linguagem normal encaro a senhora com capacidade para perceber o que quero dizer. De modo algum pus em causa as suas competências na área do grande capital. Tenho ali dois trabalhadores da Câmara Municipal que sabem que aquilo que prepararam foi uma diminuição do esforço financeiro da autarquia. Se a senhora quer demonstrar tecnicamente que eu não tenho razão, tenho toda a disponibilidade para falarmos deste assunto”.* -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com as abstenções da **CDU** e **BE**. -----

7. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DAS ALTERAÇÕES ÀS CONDIÇÕES DOS EMPRÉSTIMOS DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO (SANTANDER TOTTA); - Presente a proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 20 de Abril, com a abstenção do **Vereador José Cruz**. -----

Não se registaram intervenções. A proposta foi aprovada por **MAIORIA** com as abstenções da **CDU** e **BE**. -----

Nos pontos 6 e 7 registou-se a ausência de **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança**.----

8. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO À TABELA DE PREÇOS EM VIGOR NO PARQUE DE CAMPISMO DE MONTE GORDO; - Presente a proposta do **Vereador João Rodrigues**, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 20 de Abril, com o voto contra do **Vereador José Cruz**. -----

Não se registaram pedidos de intervenção. Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra da **CDU** e a abstenção do membro do **BE**. -----

9. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – NÚCLEO POMBALINO; - Presente a proposta do **Presidente da Câmara Municipal**, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 14 de Abril, com as abstenções dos **Vereadores Luis Salas, Carina Rosado e José Cruz**. -----

José Manuel Modesto Dourado informou que o CD entregue pela Assembleia, com a documentação relativa a este ponto está gravado num formato que não permite a leitura.-----

Ricardo José Madeira Cipriano disse que o PS absteve-se na Câmara Municipal por não ter conseguido, em tempo útil, analisar esta proposta. Acrescentou: *"Com o primeiro ponto – aprovar a nova área de classificação urbana sistemática de acordo com o Plano de Salvaguarda – somos favoráveis; aquilo que não conseguimos analisar é o programa estratégico de reabilitação na medida em que o CD não está legível. Isso justifica a nossa abstenção"*. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao **Presidente da Câmara Municipal** que apresentasse um resumo desta proposta de modo a elucidar os membros das bancadas que não conseguiram consultar o CD. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** apresentou um resumo da proposta em causa. -----

Retomou a palavra **Ricardo José Madeira Cipriano** para perguntar se existe um projecto específico para a segunda fase desta reabilitação.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** explicou que estar na ARU não implica mudanças. Disse que o projecto é de requalificação e de defesa do património e acrescentou: *"Não faz sentido manter-se como está, o Centro Histórico tem um plano de salvaguarda com dois tipos de incentivos e dois tipos de benefícios. O plano de fundo é o mesmo – requalificar, dar um conjunto de benefícios fiscais que decorrem da lei mas que, quando necessário, haja possibilidade de intervir duma forma clara."*-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** prestou igualmente esclarecimentos, reportando-se ao período em que foi Vice-Presidente da Câmara Municipal. -----

António Manuel Cipriano Cabrita prontificou-se a passar a informação do CD, que tem gravada no seu computador, para os colegas das restantes bancadas. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por **MAIORIA** com as abstenções da **CDU** e **BE**. -----

A **CDU** leu a seguinte declaração de voto: -----

"A CDU abstêm-se nesta questão por não concordar com o modelo de gestão e transferência de competências escolhido pela maioria PSD". -----

10. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA REVOGAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE ALOJAMENTO LOCAL; -

Presente a proposta do **Vereador João Sol Pereira**, aprovada por **UNANIMIDADE**, em reunião de câmara de 14 de Abril. -----

O **Presidente da Assembleia** colocou a proposta a discussão registando- se as seguintes intervenções: -----

Ricardo José Madeira Cipriano perguntou se estão a revogar o acordo por completo e afirmou: *"A nova lei transfere para a ASAE as competências de fiscalização e de sancionamento. Em termos de licenciamento as competências continuam a ser da Câmara Municipal? A lei geral dá competências à autarquia para fazer estes licenciamentos?"* -----

O **Presidente da Câmara Municipal** afirmou que tudo continuará igual e que esta legislação era mais simples que o regulamento já existente e por isso esta revogação. Referiu ainda que não haverá necessidade de fazer um novo regulamento a não ser que haja alguma questão que tenha de ser melhor detalhada. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes mencionou que quando se aprovou o regulamento na Assembleia Municipal já tinha sido aprovada a lei geral que não estava ainda em funcionamento e que começou a ser aplicada no dia seguinte à aprovação do regulamento.--

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação e a mesma foi aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

11. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO ACORDO ESPECÍFICO RELATIVO À EXECUÇÃO DE ARRANJOS EXTERIORES DA ÁREA DOMINIAL DA FUNÇÃO URBANA DA ÁREA POLIVALENTE

A pedido do **Presidente da Câmara Municipal** a proposta foi retirada por, segundo ele, necessitar de ser ajustada. -----

12. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA MOÇÃO DA CDU "41º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO DE ABRIL"; - Presente a proposta remetida pela bancada da CDU em tempo regimental, e agora incluída na Ordem de Trabalhos no ponto 12. -----

António Manuel Cipriano Cabrita declarou que a sua intervenção será a título pessoal. Disse: *"Depois das afirmações do Secretário-geral do Partido Comunista no dia 25 de Abril sobre considerar uma desonra o PS, o CDS e o PSD se terem entendido aquando da Revolução de Abril, voto contra estas moções"*. -----

Rui João Gutierrez Setúbal informou que nem ele, nem os membros da sua bancada tiveram tempo para avaliar a Moção e às Actas. Disse compreender alguns argumentos usados por

António Cabrita na avaliação da moção mas dado que alguns aspectos da mesma merecem a sua concordância irá votar favoravelmente. -----

Ricardo José Madeira Cipriano informou também, não ter tido tempo para ler as Actas. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes, em defesa da moção do seu partido, leu uma informação de uma munícipe de Vila Real de Santo António que se encontra a trabalhar em França. -----

Retomou a palavra **António Cabrita** para dizer que se revê nas intervenções feitas nas Comemorações do 25 de Abril pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo representante do PSD e pelo Presidente da Câmara Municipal e, acrescentou: *"Tive a honra e o prazer de viver o 25 de Abril que foi feito para todos, não só para uma classe. A democracia é para todos. O que desejo é que, da mesma forma que respeito a opinião dos outros, respeitem a minha"*. -----

Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança sublinhou que o principal objectivo do 25 de Abril foi dar liberdade de expressão às pessoas. Discordou do teor da carta apresentada por **Vanda Fernandes** principalmente quando refere que os governantes alteram as situações como querem. Referiu que o povo é soberano e disse ainda discordar do discurso da CDU na Cerimónia do 25 de Abril quando diz que os últimos 39 anos após a revolução de Abril têm sido uma desgraça. Declarou ainda: *Nós fomos todos nomeados pelo povo e essa é a maior vitória do 25 de Abril. É difícil para o Partido Comunista e para a CDU viverem com a liberdade de todos porque continuaram, ao fim de 41 anos, a achar que o 25 de Abril é exclusivo do Partido Comunista quando é da sociedade portuguesa"*. -----

Colocada a votação a proposta **NÃO FOI APROVADA** com os votos contra da bancada do PSD. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** apresentou a seguinte Declaração de Voto a título pessoal: -----

"Eu voto contra porque esta Moção apela a que nos associemos às Comemorações dos 40 anos do 25 de Abril e isso não é possível porque as comemorações dos 40 anos foram no ano de 2014, não sendo possível regressar ao passado". -----

13. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS ACTAS N.ºs 6 E 7 DO ANO DE 2014; - A pedido de alguns membros da Assembleia Municipal que alegaram não ter tido oportunidade de ler as ACTAS em causa, o **Presidente da Assembleia Municipal** decidiu retirar as mesmas, com a indicação de que serão votadas na próxima sessão da Assembleia. -----

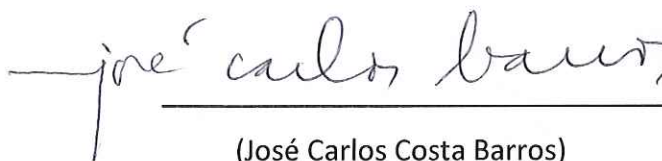
14. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO; - Presente o Relatório do **Presidente da Câmara Municipal**, Interveio **Luís Manuel da Rosa Fernandes** que disse o seguinte: *"Há matérias que o relatório continua a não integrar. Agradecia que a autarquia, atempadamente, conseguisse fazer chegar aos membros da Assembleia o relatório e que enquadre tudo aquilo que é o regimento no seu artigo 16.º, no próprio relatório. Assim, acabamos por não ter condições para o apreciar"*. -----

Interveio igualmente **António Manuel Cipriano Cabrita** que referiu: *"É importante que as pessoas saibam que o relatório do Presidente é entregue dentro do tempo possível, porque as pessoas têm a actividade normal e têm que responder a várias solicitações. Repito desde sempre que, cheguei a receber relatórios do anterior Presidente no mesmo dia em que tinha lugar a Assembleia. O relatório era colocado em cima da mesa quando a sessão da Assembleia ia começar"*. -----

O **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu a minuta da Acta desta sessão a aprovação sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

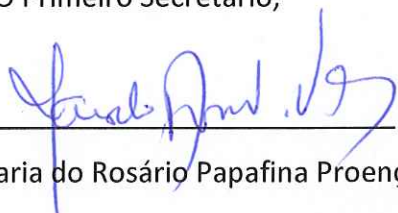
Nada mais havendo a tratar, o **Presidente da Assembleia Municipal** encerrou os trabalhos, pelas vinte e três horas e cinquenta minutos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,


(José Carlos Costa Barros)



O Primeiro Secretário,


(Maria do Rosário Papafina Proença)



1. The first part of the document is a list of items, each with a number and a description. The list is organized into two columns. The first column contains numbers 1 through 10, and the second column contains descriptions of the items. The descriptions are written in a cursive script and are somewhat difficult to read due to the handwriting and the quality of the scan.

2. The second part of the document is a table with two columns. The first column contains numbers 1 through 10, and the second column contains descriptions of the items. The descriptions are written in a cursive script and are somewhat difficult to read due to the handwriting and the quality of the scan.

3. The third part of the document is a list of items, each with a number and a description. The list is organized into two columns. The first column contains numbers 1 through 10, and the second column contains descriptions of the items. The descriptions are written in a cursive script and are somewhat difficult to read due to the handwriting and the quality of the scan.





Secção de Vila Real de Santo António
Rua Almirante Cândido das Paix, 93
8509 - 254 VILA REAL S.º ANTÓNIO

DECLARAÇÃO

O Partido Social Democrata (PSD) congratula-se, com a aprovação das Contas 2014 .

O PSD lamente que o Partido Socialista (PS) invoque o aumento dos **fornecimentos e serviços externos (FSE)**, quando parte desse aumento se destinou ao incremento do arrendamento em Habitação Social, para atender às carências – nesta área, da população do nosso concelho.

VRSA, 27 de Abril de 2015

P'la bancada do PSD na AM VRSA



12-1-1971